

Roberto Verdum / Luis Alberto Basso / Dirce Maria Antunes Suertegaray

Organizadores

Rio Grande do Sul



Paisagens e Territórios em Transformação

Rio Grande do Sul

Paisagens e Territórios em Transformação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Roberto Verdum / Luis Alberto Basso / Dirce Maria Antunes Suertegaray
Organizadores

Rio Grande do Sul

Paisagens e Territórios em Transformação

Segunda Edição

**UFRGS**
EDITORA

© dos autores
1ª edição: 2004

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Maria da Glória Almeida dos Santos
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt
Editoração adicional: Luciane Delani

R585 Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. / organizado por Roberto Verdum, Luis Alberto Basso e Dirce Maria Antunes Suertegaray. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 360p. : il. ; 16x23cm

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.
Inclui referências.

1. Geografia – Rio Grande do Sul. 2. Paisagens – Transformações – Degradações ambientais – Reconstrução. 3. Problemas ambientais – Brasil – Rio Grande do Sul – Ações políticas – Ações técnicas. 4. Paisagem metropolitana – Transformações – Degradação da água – Bacias hidrográficas. 5. Bacia hidrográfica – Rio Ibicuí – Qualidade da água. 6. Sociedades humanas – Integração – Relações dinâmicas – Natureza. 7. Disputas territoriais – Aspectos econômicos – Indutores de renda – Força produtiva. 8. Transformações agrárias – Reforma agrária – Rio Grande do Sul. 9. Paisagens – Imagens – Representações. 10. Disputas territoriais – Território regional – Identidade – Gaúchos. 11. Geografia – Transformações espaciais – Educação formal – Educação informal – Relações – Sociedade gaúcha. I. Verdum, Roberto. II. Basso, Luis Alberto. III. Suertegaray, Dirce Maria Antunes.

CDU 911.375:504(816.5)

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0165-4

A Urbanização no Rio Grande do Sul

Tânia Marques Strohaecker

Nas últimas décadas, o território gaúcho apresentou transformações nos setores econômico, político, social e cultural. Essas mudanças foram, em grande medida, impulsionadas por processos de caráter mais geral como a reestruturação produtiva, a retração do Estado como principal agente de desenvolvimento, a urbanização, a expansão das tecnologias de informação e comunicação. Compreender a configuração territorial do Rio Grande do Sul na atualidade significa, necessariamente, entender os processos que a engendraram e, entre eles, a urbanização tem um papel decisivo.

Este trabalho procura analisar o processo de urbanização sob um enfoque socioespacial, abordando a dimensão das relações sociais que se estabelecem em um território singularizado por seus atributos físicos, ambientais, econômicos, políticos e culturais. A abordagem socioespacial do fenômeno da urbanização permite a compreensão das questões urbanas através da territorialidade dos processos, ao mostrar a importância do espaço como *locus* para se estabelecerem as relações sociais, uma vez que entendemos o espaço como um elemento integrante e constitutivo do sistema social (Lefebvre, 2000).

O artigo se estrutura nos seguintes eixos: caracterização do quadro urbano brasileiro; análise da urbanização recente no Rio Grande do Sul, priorizando as principais formações espaciais urbanas: a região metropolitana de Porto Alegre

Tânia Marques Strohaecker é professora doutora no Departamento de Geografia e no PPG em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

(RMPA), as aglomerações urbanas do Nordeste (Aune), do Sul (Ausul) e do Litoral Norte (Aulinorte); os desafios para a gestão pública. Em síntese, o objetivo principal é propiciar uma atualização sobre o processo de urbanização no Rio Grande do Sul, além de contribuir com alguns elementos para subsidiar a implementação de políticas públicas em nível estadual.

O QUADRO URBANO BRASILEIRO

A urbanização da sociedade atual é um fato notório. A humanidade tende cada vez mais a se espacializar em áreas urbanas. No caso do território brasileiro o segmento político-administrativo do urbano é constituído pelas cidades (sedes dos municípios) e vilas (sedes dos distritos).

Atualmente, 84,36% da população brasileira vivem em áreas urbanas (IBGE, 2011). No entanto, quando se observa que, em 1940, cerca de 30% da população brasileira residia em áreas urbanas e, em questão de quatro décadas, o segmento do urbano já correspondia a quase 70% do contingente populacional, é que passamos a compreender a rapidez com que ocorreu esse fenômeno no país (Tabela 1).

Tabela 1
POPULAÇÃO TOTAL, POPULAÇÃO URBANA
E GRAU DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL (1940-2010)

Ano do Recenseamento	População Total	População Total	Grau de Urbanização (%)
1940	41.236.315	12.280.182	31,23
1950	51.944.397	18.782.891	36,16
1960	70.992.343	32.004.817	45,08
1970	94.508.583	52.904.744	55,97
1980	121.150.573	82.013.375	67,69
1991	146.917.459	110.875.826	75,47
2000	169.590.693	137.755.550	81,22
2010	190.755.799	160.925.792	84,36

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010.

Em um primeiro momento, a partir da década de 1930, o Estado lançou as bases para o modelo desenvolvimentista adotado décadas mais tarde, o que ativou uma série de ações sobre o território, constituindo-se no principal agente de desenvolvimento e de modernização. A valorização do espaço, fundamentada no padrão urbano-industrial, estabelecido pelo Estado-empresário, foi seletiva e concentradora. A região sudeste, mais precisamente o eixo Rio de Janeiro - São Paulo, foi privilegiada de subsídios governamentais para um grupo restrito de empresas, principalmente indústrias que ali se estabeleceram, o que denominamos de economias externas de aglomeração.

A partir da segunda metade da década de 1950, ocorreu a implementação de políticas de capitalização e mecanização do campo, a erradicação de cafezais pouco produtivos e a ampliação da legislação trabalhista ao homem do campo, condicionando mudanças significativas nas relações trabalhistas do campesinato (Rossini, 1993).

Essas ações reforçaram os movimentos migratórios em direção às grandes cidades, onde as atividades econômicas mais dinâmicas estavam sendo implantadas. O segmento do urbano passa a ser mais valorizado pelo capital e o “inchaço populacional” das metrópoles e das grandes cidades a caracterizar a urbanização brasileira até os anos 1970.

Foi também principalmente para esses centros que as populações do campo e das cidades pequenas e médias se dirigiram em massa fazendo com que o processo de urbanização tivesse forte inflexão nos anos 50, passando de uma taxa média anual de crescimento urbano no país de 3,9% na década anterior a 5,15% na década de 1950, chegando ao seu ápice de 5,22% nos anos 1960 e atingindo um grau de urbanização de 56% em 1970 (Monte-Mór, 2011, p. 224).

Nas décadas de 1960 e 1970, durante os governos militares, o Estado lança um conjunto de diretrizes de cunho espacial, designadas de “políticas de urbanização” (Davidovich, 1984), objetivando ampliar a reprodução do capital e implementar ações de cunho geopolítico de integração nacional. Sinteticamente, essas políticas compreendiam: a) medidas de caráter intraurbano, com investimentos públicos vultosos no aparelhamento das metrópoles e grandes cidades, ampliando a acumulação e a reprodução das relações capitalistas hegemônicas; b) medidas de caráter interurbano, implementando uma rede hierarquizada de cidades, visando a um desenvolvimento equilibrado do sistema apoiado, sobretudo, em investimentos nas cidades de porte médio para conter os movimentos migratórios direcionados às metrópoles; c) medidas de caráter regional com a transferência de certos ramos industriais não-estratégicos para regiões periféricas (sul, nordeste, norte), incentivando, em certa medida, a descentralização do setor secundário; d) medidas de ca-

ráter nacional, com a canalização de recursos para obras de infraestrutura de grande porte: hidrelétricas, barragens, portos, rodovias, aeroportos, dotando o território de avanços tecnológicos que facilitariam, mais tarde, a fluidez dos espaços econômicos; e) institucionalização de novas estruturas urbanas, as regiões metropolitanas (RMs) e as aglomerações urbanas (AUs), visando o planejamento e a gestão integrada dos municípios constituintes.

Nesse contexto político e econômico, a configuração territorial brasileira apresentou, entre as décadas de 1940 a 1980, as seguintes características: a) crescente concentração populacional nas nove regiões metropolitanas institucionalizadas pelo governo federal; b) multiplicação do número de municípios e, conseqüentemente, de cidades, perfazendo 1.899 municípios, em 1950, e 3.991 municípios, em 1980; c) grande mobilidade espacial da população, de sentido rural-urbano, tendo como destino preferencial a região sudeste; d) expansão da fronteira agrícola, primeiro para o centro-oeste e, dos anos 1970 em diante para a região norte, com crescimento demográfico estupendo das cidades situadas nas frentes pioneiras agrícolas, mas apresentando geralmente caráter efêmero, visto compreender uma população com grande mobilidade espacial; e) concentração e maior dinamização da economia na região sudeste, principalmente no estado de São Paulo; f) crescimento do setor terciário nas metrópoles e cidades de grande porte, tanto do circuito formal como informal, diversificando e ampliando os estratos de classe média (Davidovich, 1984).

Numa fase posterior, no final dos anos 1970 e, sobretudo, nos anos 1980, o modelo desenvolvimentista é colocado em xeque, frente a um quadro econômico recessivo e à acentuação das desigualdades regionais, levando ao questionamento dos limites de atuação do Estado como principal indutor de modernização e desenvolvimento.

A incipiente redemocratização, apoiada na Constituição de 1988, traz à luz outros agentes envolvidos na produção e na reprodução do espaço. A descentralização administrativa e fiscal confere às instâncias estaduais e municipais poderes que antes estavam concentrados na esfera da União, o que impulsionou uma acirrada competição entre as unidades federativas a fim de atrair investimentos de grandes corporações transnacionais, a denominada “guerra fiscal”.

As crises econômicas sucessivas conduzem o país a uma tentativa de inserir-se no mercado mundial, ainda que tardiamente, adotando um modelo de inspiração neoliberal, apesar da maioria das empresas nacionais não estarem preparadas para competir com os grandes conglomerados transnacionais. A implantação e a atuação das corporações no território brasileiro tornam-se cada vez mais independentes do planejamento estatal. Elas passam a comandar a gestão dos seus territórios, criando, desfazendo ou recriando áreas estratégicas para a sua atuação (Corrêa, 1991).

As consequências desse novo momento histórico tornam-se mais visíveis nas metrópoles, o segmento do urbano que concentra a maior parte da população brasileira, onde convivem atividades altamente sofisticadas e modernas com problemas estruturais ainda não solucionados, como o desemprego e o subemprego, a proliferação de assentamentos espontâneos, a carência de saneamento básico, a degradação ambiental e a violência urbana.

Entre as décadas de 1990 a 2010, a configuração territorial brasileira vem se destacando pelas seguintes características: a) consolidação da metrópole São Paulo no papel de comando informacional, através da promoção, classificação e manipulação das informações essenciais, a serviço dos atores hegemônicos (Santos, 1993); b) concentração geográfica nas metrópoles e cidades de grande porte das principais atividades relacionais modernas (Santos, 1993); c) articulação do território através de uma rede de 38 Grandes Espaços Urbanos (GEUBs) constituída por 35 regiões metropolitanas (RMs) e 3 regiões integradas de desenvolvimento (Rides) institucionalizadas por meio de legislação federal ou estadual, mas desses GEUBs somente 15 regiões apresentam características predominantemente metropolitanas (Observatório das Metrópoles, 2011); d) dispersão dos estratos superiores das classes médias para cidades de porte médio, os denominados “redutos de classe média” (Davidovich, 1991), compreendendo o segmento do urbano que vem apresentando os maiores incrementos demográficos, sejam elas integrantes ou não de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; e) dispersão geográfica da produção em localidades de pequeno e médio portes, a chamada “desconcentração concentrada”, mas conectadas às áreas mais dinâmicas por sistemas de transporte modernos e eficientes; f) crescimento demográfico em descenso nos núcleos metropolitanos, fenômeno detectado primeiramente em São Paulo e ampliado, posteriormente, para outras metrópoles; g) crescimento demográfico em expansão nas periferias metropolitanas, devido à valorização diferenciada da terra urbana e à legislação urbanística ser menor coercitiva em relação a da metrópole; h) multiplicação de pequenas localidades urbanas (até 5 mil habitantes) em decorrência das emancipações, visto que, na década de 1980 foram instalados 501 municípios e, na década de 1990, foram 1.016 novos municípios dos 5.507 existentes no ano de 2000, ou seja, cerca de 20% deles foram criados após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (IBGE, 2000); i) diminuição mais recente do ritmo de fragmentação do território, visto que, no período 2000-2010, foram instalados somente 58 novos municípios (IBGE, 2011); j) movimentos migratórios predominantemente intrarregionais e de sentido urbano-urbano, conferindo uma mudança qualitativa do padrão comportamental e demográfico em relação ao período anterior; k) diminuição da taxa de fecundidade de 2,38 (IBGE, 2000) para

1,86 filhos por mulher (IBGE, 2011), fenômeno detectado em todas as grandes regiões do país.

Portanto, a urbanização brasileira pode ser entendida, atualmente, como um processo social amplo que teve sua gênese nas áreas metropolitanas e em cidades de grande porte e que se estende, virtualmente, pelo espaço regional e nacional (Monte-Mór, 2011) integrando, através de práticas socioespaciais, um cotidiano de caráter mais complexo, político e urbano, a denominada urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994).

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

A configuração territorial do Rio Grande do Sul na atualidade é produto das formações socioeconômicas que se constituíram ao longo da sua história, forjando uma trajetória caracterizada pela diversidade cultural e por desequilíbrios econômicos e sociais. Geograficamente poderíamos distinguir duas formações principais: a primeira, na serra do sudeste e na campanha (área localizada no sudoeste do estado), e a segunda, na depressão central e, mais tarde, na região do planalto meridional (Singer, 1977).

Essas regiões foram constituídas a partir de duas estruturas socioeconômicas e fundiárias distintas: ao sul, a sociedade dos estancieiros, peões e escravos, produtora de charque, couros e lã em grandes propriedades (os latifúndios); e, ao norte, uma sociedade constituída por imigrantes colonizadores (açorianos, alemães, italianos, poloneses, entre outros), proprietários de minifúndios e dedicados à agricultura. Essas duas formações socioespaciais vão permear a história gaúcha desde meados do século XVIII até a primeira metade do século XX (Ipea *et al.*, 2000).

Para efeitos de análise da urbanização recente no Rio Grande do Sul, adotou-se, metodologicamente, uma periodização por décadas, compreendendo o período de 1950 a 1980 e, posteriormente, de 1980 a 2010. Em termos operacionais, o levantamento baseia-se em fontes primárias e secundárias, contemplando dados dos censos demográficos (de 1940 a 2010) e bibliográficos, referentes a estudos regionais, econômicos e históricos. Priorizaram-se, para análise, as principais formações espaciais urbanas, ou seja, a região metropolitana e as três aglomerações urbanas do estado.

A URBANIZAÇÃO ENTRE 1950 E 1980

No pós-guerra, o Rio Grande do Sul passou a obter ganhos significativos com a implantação de alguns ramos industriais (calçadista, metalúrgico, mecânico, vinícola), o que incentivou a necessidade de diversificação econômica. A implantação dessas indústrias ocorreu preferencialmente no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, que adquire características urbano-industriais (Bandeira, Alonso e Benetti, 1994). Esse eixo de desenvolvimento econômico passa a acolher uma população migrante, proveniente, sobretudo, das áreas rurais, devido às políticas de mecanização e capitalização do campo, à expansão da monocultura da soja, à ampliação da legislação trabalhista e previdenciária ao trabalhador rural o que, perversamente, condicionou a expropriação de muitos agricultores de seu sustento e de suas terras. Portanto, a crescente inserção da economia urbano-industrial no estado demarcará a atuação de novos agentes em regiões mais dinâmicas, atenuando a polaridade entre o norte e o sul.

As principais características da urbanização no Rio Grande do Sul, nesse período, foram: a) alta mobilidade espacial, com deslocamentos significativos de migrantes para os centros urbanos, principalmente para o núcleo da região metropolitana de Porto Alegre (RMPA); b) ampliação do grau de urbanização, pois, em 1950, somente 34% da população residiam em áreas urbanas, em 1970 já ultrapassavam os 50% e, em 1980, 67,55% da população total do estado viviam no segmento urbano (IBGE, 1999); c) crescimento populacional das áreas urbanas atinge índices mais expressivos até 1970 (4,08%), após começa a ocorrer um descenso gradativo. É interessante observar-se que, até a década de 1960, o acréscimo demográfico preponderante ocorre na capital gaúcha e, entre as décadas de 1970 e 1980, o aumento mais significativo passa a ser registrado na periferia da região metropolitana. Esse fenômeno ocorre devido às deseconomias externas de aglomeração (altos custos da terra urbana, legislação restritiva, tributação crescente, dificuldades na acessibilidade e mobilidade urbana, entre outros fatores); d) tendência no final do período de uma relativa retração no movimento de concentração urbana, uma vez que, em 1950, existiam dez cidades com população superior a 20 mil habitantes e, em 1980, já somavam 48 cidades (Oliveira e Barcellos, 1990).

As mudanças na configuração espacial da economia brasileira, traçadas nas décadas de 1960 e 1970, através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), são gradativamente absorvidas, em parte, pela região sul e pelo estado do Rio Grande do Sul. As áreas receptoras dos novos investimentos industriais são, preferencialmente, algumas regiões metropolitanas e polos regionais, entre eles, Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo, Lajeado, Santa Cruz do Sul e Rio Grande, destacando-se nos setores petroquímico, metalúrgico, mecânico, alimentício, fumicultor e de fertilizantes.

Essa política de relativa descentralização industrial condiciona a dotação de investimentos públicos em infraestrutura de grande porte e na qualificação de recursos humanos, atraindo, conseqüentemente, investimentos privados para esses eixos de desenvolvimento urbano-industriais. O processo de conurbação, em diferentes níveis de densificação, passa a predominar em algumas regiões do estado, destacando-se a região metropolitana de Porto Alegre, os eixos Porto Alegre-Caxias do Sul, Rio Grande-Pelotas-Capão do Leão, Lajeado-Estrela, entre outros de menor porte.

O quadro apresentado demonstra quais foram os alicerces para o processo de urbanização se desenvolver no estado do Rio Grande do Sul. A seguir, identificam-se as principais características da urbanização mais recente, em um novo contexto político e econômico, condicionando transformações socioespaciais no território gaúcho.

A URBANIZAÇÃO ENTRE 1980 E 2010

Nas últimas três décadas, as modificações na configuração territorial do estado se articulam ao novo quadro político de redemocratização e de descentralização administrativa e fiscal, ao processo de reestruturação econômica, consubstanciado nas novas tecnologias na área da informática, comunicações e de logística, e em mudanças de caráter sociocultural.

A constatação mais geral está relacionada a tendência de estabilização do crescimento demográfico (Figura 1), decorrente, principalmente, da intensificação do declínio da taxa de fecundidade, fenômeno que vem se observando desde meados da década de 1960 (Bandeira, 2010). Os principais fatores para essa mudança de caráter sociocultural são a urbanização, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a expansão da escolaridade e dos níveis de renda da população feminina, os métodos anticoncepcionais, entre outros. Nesse contexto, o Rio Grande do Sul apresentou a menor taxa de crescimento médio geométrico anual (0,49%), entre os estados federativos, no período 2000-2010, enquanto a taxa do Brasil foi de 1,17% (Figura 2).

Uma tendência que vem se configurando desde a década de 1990 é a diminuição das taxas de emigração populacional para outros estados da federação, o que indica uma estabilização dos fluxos migratórios interestaduais e ampliação da migração de retorno (Jardim e Barcellos, 2004), (IBGE, 2011). Além do Rio Grande do Sul, outros 14 estados brasileiros atingiram o patamar de rotatividade migratória no período 2004 a 2009, ou seja, um equilíbrio entre a entrada e saída de população (Baeninger, 2008).

Nas últimas décadas vem ocorrendo um predomínio da migração intra-estadual relativamente à interestadual e com tendência recente de serem maio-

ritários os fluxos de curta distância, principalmente para as regiões perimetropolitanas, como o Litoral Norte e Serra (Jardim e Barcellos, 2004; Strohaecker, 2007). As principais regiões de emigração, segundo a regionalização dos Coredes¹, ainda são a Fronteira Oeste, o Médio Alto Uruguai, as Missões e o Noroeste Colonial, uma vez que apresentam os maiores saldos negativos no cômputo migratório, decorrentes da estagnação econômica ou por serem áreas de produção agrícola ou pecuária em propriedades não capitalizadas (Jardim e Barcellos, 2004). Além disso, nessas regiões predominam populações rurais que apresentam significativa migração das faixas etárias jovens e de jovens adultos em direção aos centros urbanos regionais e às aglomerações urbanas do estado.

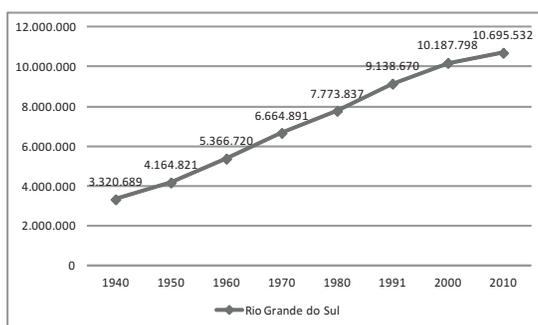


Figura 1. População total do Rio Grande do Sul (1940-2010)

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010.

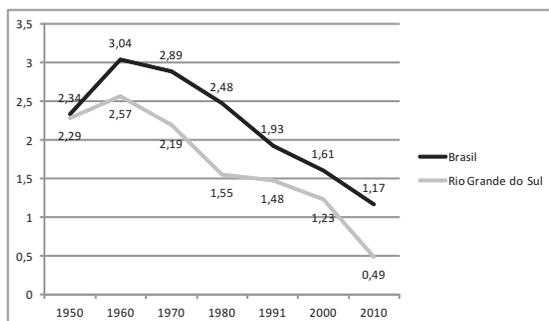


Figura 2. Taxa geométrica de crescimento demográfico anual no Rio Grande do Sul e no Brasil (1950-2010)

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010.

¹ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) foram institucionalizados pelo Estado, na gestão do governador Alceu Collares, em 1994, com o objetivo de promoverem o desenvolvimento regional, através da integração dos recursos e das ações de governo na região com a participação de delegados representativos da sociedade civil organizada, eleitos por seus pares e com mandato de dois anos.

Da mesma forma, segue a tendência de ampliação do contingente populacional residindo em áreas urbanas, devido ao crescimento econômico, à melhor oferta de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, às migrações intrarregionais de sentido urbano-urbano e, em pequena escala, às emancipações municipais (Figura 3).

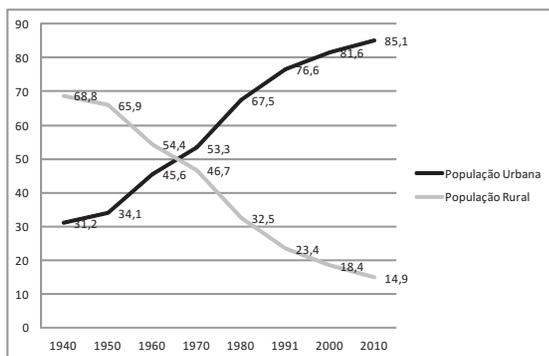


Figura 3. Evolução da população em termos percentuais por condição de domicílio no Rio Grande do Sul (1940-2010)

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010.

Os municípios integrantes de microrregiões próximas aos grandes eixos de conurbação urbano-industrial, caracterizados por uma economia de base primária, se beneficiam desses espaços econômicos dinâmicos, favorecendo a sua inserção na economia regional e nacional.

Schneider e Waquil (2004), ao analisarem o desenvolvimento agrário no estado, a partir de uma caracterização socioeconômica dos municípios por grupos homogêneos, identificaram cinco perfis de municípios: o *Grupo A* (pequenos, pobres e predominantemente rurais), localizados na região do Alto Uruguai e parte do Planalto Médio e Serra do Sudeste; o *Grupo B* (grandes, pobres e predominantemente urbanos), localizados na região da Campanha, em parcelas significativas das regiões das Missões e da Depressão Central; o *Grupo C* (pequenos, desenvolvidos e relativamente rurais), localizados na Encosta Inferior e Superior da Serra do Nordeste; o *Grupo D* (grandes, desenvolvidos e predominantemente urbanos), localizados na região Sul e no Litoral Médio, com predominância das atividades pecuárias e da orizicultura irrigada; e o *Grupo E* (pequeno, desenvolvido e essencialmente urbano) constituído apenas pelo município de Porto Alegre, que se destaca pela infraestrutura e produtividade alta, e pela renda gerada por estabelecimentos de pequeno porte.

Portanto, a abordagem dicotômica “campo *versus* cidade” ou “urbano *versus* rural”, deve ser relativizada, pois os estudos mais recentes comprovam que a complementaridade de funções entre esses dois recortes/representações do espaço geográfico se revela como uma estratégia política positiva, e que deve ser melhor explorada para impulsionar o desenvolvimento regional.

FORMAÇÕES ESPACIAIS URBANAS

As principais formações espaciais urbanas do estado atualmente são a Região Metropolitana de Porto Alegre, compreendendo 33 municípios; a Aglomeração Urbana do Nordeste com 10 municípios; a Aglomeração Urbana do Sul, perfazendo 5 municípios, e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, com 20 municípios (Figura 4). No eixo compreendido entre a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e a Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune), localiza-se a mais extensa área conurbada do estado, onde estão concentrados o maior contingente populacional e o maior Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

A *Região Metropolitana de Porto Alegre* foi institucionalizada, em 1973, compreendendo, na época, 14 municípios. Destaca-se, em nível regional, pela densidade populacional, concentrando 37% da população total do estado (IBGE, 2010). A população reside majoritariamente nas áreas urbanas de seus municípios integrantes (Tabela 2), e está vinculada predominantemente às atividades dos setores industrial e de serviços. No núcleo metropolitano, Porto Alegre, concentram-se os grupos ocupacionais dos dirigentes e dos intelectuais, além de parcela significativa de camadas médias. Nos municípios de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Canoas e Gravataí, predominam grupos ocupacionais do secundário especializado e tradicional, enquanto os demais municípios da RMPA apresentam composição ocupacional diversificada, com tendência para os grupos do terciário não-especializado (Barcellos; Mammarella; Koch, 2009). Merecem destaque, ainda, alguns municípios como Parobé, Sapiranga, Montenegro, entre outros, que apresentam predominância das camadas médias e relativa homogeneidade da composição socioeconômica, os denominados redutos de classe média (Davidovich, 1991).

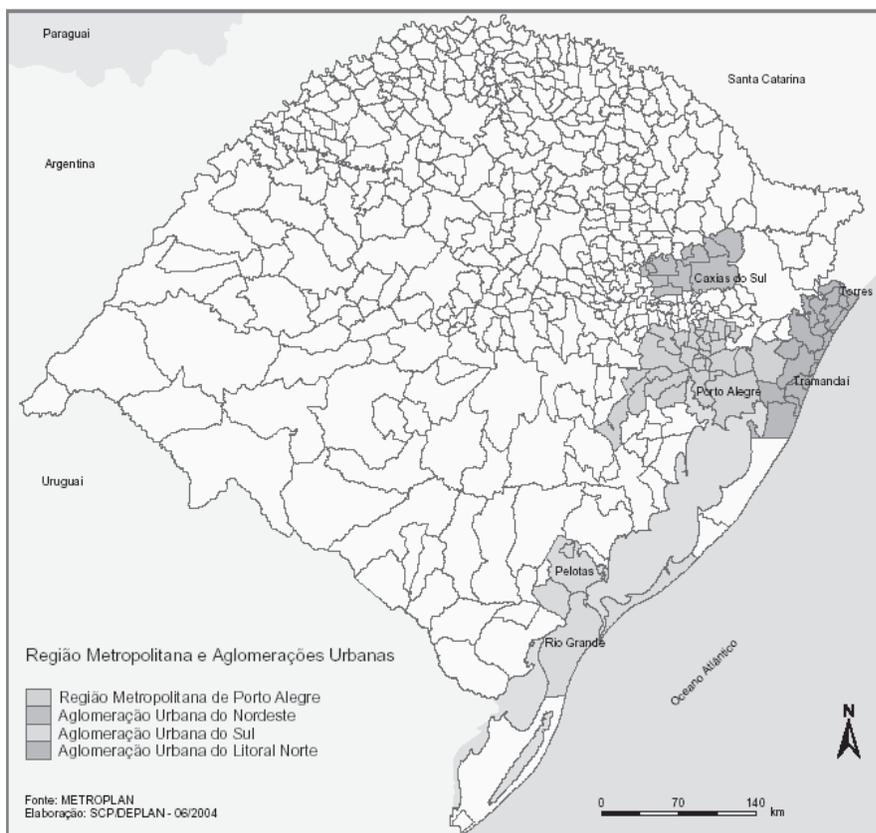


Figura 4. Principais Formações Espaciais Urbanas no Rio Grande do Sul
 Fonte: Rio Grande do Sul. *Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

A maior concentração populacional se encontra nos municípios com mais de 100.000 habitantes, uma vez que 46,7% da população total do Rio Grande do Sul residem nos 18 municípios mais populosos (Tabela 3), nove deles integram a Região Metropolitana de Porto Alegre, quatro municípios integram as Aglomerações Urbanas do Nordeste e a do Sul, e os demais compreendem polos de centralidade regional (Bagé, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Uruguaiana).

Tabela 2
MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – 2010

Municípios	Área (km²)	População (hab)	Densidade (hab/km²)	Grau de Urbanização (%)	Ano de inclusão na RMPA
Alvorada	71	196.673	2.743,9	100,0	1973
Araricá	35	4.864	137,8	82,2	1998
Arroio dos Ratos	426	13.606	31,9	95,2	2000
Cachoeirinha	44	118.278	2.687,0	100,0	1973
Campo Bom	61	60.074	992,8	95,4	1973
Canoas	131	323.827	2.470,1	100,0	1973
Capela de Santana	184	11.612	63,2	59,6	2001
Charqueadas	217	35.320	163,1	97,7	1994
Dois Irmãos	65	27.572	423,2	98,9	1989
Eldorado do Sul	510	34.343	67,4	89,7	1989
Estância Velha	52	42.574	816,4	97,4	1973
Esteio	28	80.755	2.917,9	99,9	1973
Glorinha	324	6.891	21,3	30,0	1989
Gravataí	464	255.660	551,6	95,2	1973
Guafba	377	95.204	252,6	97,8	1973
Igrejinha	136	31.660	233,03	95,36	2011
Ivoti	63	19.874	314,7	90,9	1989
Montenegro	420	59.415	140,1	90,3	1999
Nova Hartz	63	18.346	293,3	83,2	1989
Nova Santa Rita	218	22.716	104,3	85,7	1998
Novo Hamburgo	224	238.940	1.067,5	98,3	1973
Parobé	109	51.502	474,0	94,4	1989
Portão	160	30.920	193,4	81,7	1989
Porto Alegre	497	1.409.351	2.837,5	100,0	1973
Rolante	297	19.485	65,9	78,6	2010
Santo Antônio da Patrulha	1.049	39.685	37,8	70,8	2000
São Jerônimo	937	22.134	23,6	77,1	1999
São Leopoldo	102	214.087	2.083,8	99,6	1973
Sapiranga	138	74.985	542,1	96,4	1973
Sapucaia do Sul	59	130.957	2.245,9	99,6	1973
Taquara	457	54.643	119,4	82,8	1999
Triunfo	823	25.793	31,5	65,4	1989
Viamão	1.494	239.384	159,9	94,0	1973
Total RMPA	10.235,00	4.011.221	391,91		

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2010, FEE-RS e Metroplan.

Tabulação dos dados baseado em: *Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, 2011.*

Por outro lado, a dispersão populacional está presente em um grande número de municípios com menos de 10 mil habitantes (Tabela 3), totalizando 331 municípios dos 496 existentes em 2010 (66,73%). Esse fenômeno se expandiu, a partir dos anos 1990, no bojo do processo de descentralização política e financeira, ao se privilegiar os municípios de pequeno porte na repartição das receitas públicas, o que foi estrategicamente assimilado pelo Estado, através de uma política favorável às emancipações municipais. Nesse grupo, destaca-se a fragmentação do território com a existência de 226 municípios de até 5 mil habitantes, o que corresponde a quase metade do número total de municípios, os chamados micromunicípios, detentores da maior receita *per capita* em relação aos outros grupos de municípios e fortemente dependentes das transferências de impostos federais, via o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (Maia Gomes e Mac Dowell, 2000).

Tabela 3
GRUPOS DE MUNICÍPIOS POR NÚMERO
DE HABITANTES NO RIO GRANDE DO SUL

Classes (mil hab)	1980		1991		2000		2010	
	Nº de mun.	Pop.	Nº de mun.	Pop.	Nº de mun.	Pop.	Nº de mun.	Pop.
Menos de 10	170	961.611	163	903.319	333	1.375.944	331	1.381.746
De 10 a 50	128	2.504.888	131	2.693.504	121	2.472.546	123	2.648.965
De 50 a 100	24	1.600.786	23	1.555.047	25	1.733.019	24	1.663.264
Mais de 100	11	2.706.552	16	3.986.800	17	4.606.289	18	5.001.557
Total do Estado	333	7.773.837	333	9.138.670	496	10.187.798	496	10.695.532

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Tabulação dos dados baseado em: *Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, 2011*.

Os estratos superiores de classe média têm migrado para os centros urbanos de grande e médio porte como Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Lajeado, devido ao dinamismo econômico, à geração de empregos nos setores industrial e de serviços, ao custo de vida razoável, aos serviços públicos de qualidade, aos centros universitários, às atividades culturais e de lazer, proporcionando melhor qualidade de vida à população residente.

A análise dos grupos de municípios por tamanho de população indica uma continuidade da tendência de desconcentração urbana, uma vez que, em 1980, existiam 48 cidades com população superior a 20 mil habitantes e, em 2010, já totalizavam 100 cidades. Esse fenômeno demonstra que a rede urbana gaúcha vem se complexificando, integrando novos espaços dinâmicos à economia urbano-industrial e agroindustrial (IBGE, 2010).

A *Aglomeração Urbana do Nordeste* (Aune), polarizada pelo município de Caxias do Sul, foi institucionalizada em 1994 pelo governo do Estado, constituindo-se no maior conglomerado urbano após a RMPA. A associação entre os capitais comercial e industrial foi a base da riqueza e do poder das elites regionais desde seus primórdios, no início do século XX. A identidade regional, forjada pela cultura de imigrantes italianos, adquiriu densidade socioespacial através da existência de núcleos urbanos próximos e pela complementariedade funcional entre os municípios, destacando-se no setor secundário os ramos metalúrgico, mecânico, material de transportes, mobiliário, bebidas, alimentício, material elétrico e de comunicações, têxtil, confecções, calçados, além do setor de serviços.

Na década de 1990, novas plantas industriais foram instaladas no eixo rodoviário entre Caxias do Sul e Farroupilha, além de empresas comerciais, de serviços e unidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS), o que condicionou a conurbação entre as malhas urbanas. Fenômeno semelhante, mas em menor escala, passou a ocorrer entre os núcleos urbanos de Garibaldi e Carlos Barbosa, Caxias do Sul e Flores da Cunha, estabelecendo-se movimentos pendulares significativos (Borba, 2003).

A Tabela 4 resume os principais indicadores de urbanização da Aune. A maioria de seus municípios apresenta alto grau de urbanização e de densificação. As taxas de crescimento demográfico anuais superam a taxa do estado (0,49%), confirmando a forte polarização que essa região exerce sobre os grupos migratórios.

Em 1992, Nova Pádua, Monte Belo do Sul e Santa Tereza são municípios que se emanciparam, respectivamente, de Flores da Cunha, de Bento Gonçalves, e de parcelas dos territórios de Garibaldi, Roca Sales e Bento Gonçalves. Os dados apresentados na Tabela 4 demonstram que Santa Tereza, Monte Belo do Sul e Nova Pádua são os municípios com menor população, menor grau de urbanização da Aune e que apresentam crescimento negativo, ou seja, estão perdendo população devido às migrações. No entanto, o PIB *per capita* desses municípios² é considerável, indicando que as atividades vinculadas ao

² Segundo levantamento da FEE-RS e do IBGE, em 2008, o PIB per capita de Monte Belo do Sul foi de R\$ 20.009,00; o de Santa Tereza atingiu R\$ 11.327,00; e o de Nova Pádua foi de R\$ 17.192,00. Valores significativos comparados ao PIB per capita estadual de R\$ 18.378,00.

setor primário são de alto valor agregado (principalmente vitivinicultura) e, portanto, modernas.

A *Aglomeración Urbana do Sul* (Ausul), institucionalizada em 2002, é bipolarizada pelos centros urbanos de Pelotas e Rio Grande, além de outros núcleos de menor porte (Capão do Leão, São José do Norte e Arroio do Padre). A base da riqueza da região sul provém dos tradicionais setores agropecuário e agroindustrial (beneficiamento de arroz, frigoríficos, conservas) concentrados em Pelotas (Soares *et al*, 2005). Rio Grande, por sua vez, se destaca como polo industrial (petroquímica, fertilizantes, pescado) e, mais recentemente, como o mais importante polo naval do sul do Brasil, a partir de investimentos³ vultosos do Governo Federal e da Petrobras, ao ser direcionado para o complexo portuário riograndino a construção e reforma de plataformas petrolíferas. A cidade de Pelotas vem perdendo importância nas atividades vinculadas ao setor secundário, enquanto se especializa como importante polo de comércio e serviços para um amplo conjunto de municípios da região, devido à sua localização estratégica.

³ Somente os investimentos da Petrobras, previstos para o período de 2011 a 2015, são na ordem de US\$ 177,5 bilhões. Cerca de 25 empresas ou consórcios concorrem para participar da construção de módulos e/ou integração com os cascos das oito plataformas petrolíferas (P-66 a P-73) que atuarão, exclusivamente, na camada do pré-sal (Disponível em: <http://www.petronoticias.com.br>) Acesso em 08 mar 2012.

Tabela 4
AGLOMERAÇÕES URBANAS DO RIO GRANDE DO SUL – 2010

Aglomeração/ Municípios	Área (km ²)	População (hab)	Densidade (hab/km ²)	Grau de Urbanização (%)	Taxa de Crescimento Demográfico (%) (2000-2010)
Aglomeração Urbana do Nordeste		716.421	201,31		
Bento Gonçalves	382,51	107.341	280,62	92,34	1,61
Carlos Barbosa	229,91	25.193	109,58	79,36	2,07
Caxias do Sul	1.643,91	435.482	264,91	96,29	1,91
Farroupilha	361,79	63.641	175,91	86,51	1,41
Flores da Cunha	272,66	27.135	99,52	76,88	1,37
Garibaldi	167,7	30.692	183,02	90,05	0,80
Monte Belo do Sul	68,37	2.670	39,05	28,84	-0,75
Nova Pádua	103,24	2.445	23,68	29,94	0,20
Santa Tereza	72,39	1.717	23,72	36,34	-0,29
São Marcos	256,25	20.105	78,46	87,55	0,59
Aglomeração Urbana do Sul		577.578	86,47		
Arroio do Padre ¹	124,32	2.730	21,96	16,63	-
Capão do Leão	785,37	24.294	30,93	92,11	0,24
Pelotas	1.608,77	327.778	203,74	93,26	0,14
Rio Grande	2.813,91	197.253	70,10	96,06	0,56
São José do Norte	1.117,87	25.523	22,83	68,19	0,70
Aglomeração Urbana do Litoral Norte		323.644	61,27		
Arroio do Sal	120,94	7.744	64,03	97,02	3,92
Balneário Pinhal	103,76	10.855	104,62	98,96	3,83
Capão da Canoa	97,10	42.047	433,03	99,40	3,26
Capivari do Sul	417,61	3.890	9,31	83,03	2,27
Caraá	294,34	7.313	24,85	14,47	1,34
Cidreira	246,36	12.654	51,36	96,82	3,60
Dom Pedro de Alcântara	78,16	2.550	32,63	28,98	-0,33
Imbé	39,55	17.667	446,70	99,95	3,74
Itati ¹	201,40	2.589	12,86	8,19	-
Mampituba	157,88	2.997	18,98	18,95	-0,36
Maquiné	622,12	6.908	11,10	29,92	-0,56
Morrinhos do Sul	165,44	3.185	19,25	40,82	-1,03
Osório	663,27	40.941	61,73	92,70	1,26
Palmares do Sul	946,24	10.971	11,59	89,37	0,11
Terra de Areia	147,72	9.878	66,87	52,59	-1,47
Torres	162,13	34.646	213,69	96,20	1,16
Tramandaí	143,92	41.655	289,43	97,59	2,99
Três Cachoeiras	250,48	10.239	40,88	73,47	0,73
Três Forquilhas	217,38	2.912	13,40	13,22	-1,06
Xangri-lá	60,95	12.405	203,53	99,56	4,23

¹ Os municípios de Arroio do Padre e Itati não existiam em 2000.

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2010, FEE-RS e Metroplan.

Tabulação dos dados baseado em: *Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, 2011*.

A *Aglomeración Urbana do Litoral Norte* (Aulinorte) foi institucionalizada pelo governo do Estado, em 2004. As maiores taxas de crescimento demográfico do estado, em termos relativos, nos períodos 1991-2000 e 2000-2010, encontram-se nos municípios do Litoral Norte (Tabela 4), principalmente aqueles com perfil de segunda residência (Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Cidreira, Imbé e Xangri-lá), e os polos de centralidade regional (Capão da Canoa, Osório, Tramandaí e Torres), os demais municípios conformam as áreas do setor lacustre e encosta do planalto, onde predominam populações vinculadas às atividades agropecuárias e agroindustriais. (Strohaecker, 2007).

As emancipações ocorridas na região nas últimas duas décadas, conforme apresenta a Figura 5, induziram o crescimento dos fluxos migratórios para as cidades litorâneas, ampliando a demanda por bens e serviços. Por outro lado, o setor imobiliário de grande porte tem investido na região em loteamentos e condomínios horizontais para um mercado de média e alta renda, para fins de lazer e recreação durante todo o ano.

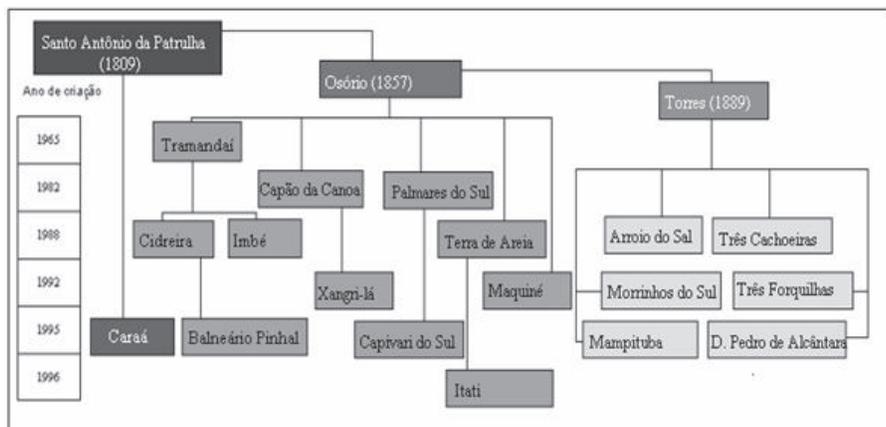


Figura 5. Evolução dos Municípios do Litoral Norte (1809-2001)

Fonte: Strohaecker *et al.*, 2006.

Com o aumento da população permanente, a região se tornou foco de iniciativas de empreendedorismo, especialmente no setor de serviços de pequeno e médio porte não especializado. Nos últimos anos, grandes empresas de caráter regional também têm se estabelecido nos polos de centralidade de Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí, além de se destacarem investimentos de grande porte como a implantação de parques eólicos em Osório e Tramandaí.

Sintetizando, pode-se considerar que a Aulinorte apresentou nas últimas décadas transformações relevantes em sua dinâmica territorial determinadas principalmente pelos seguintes vetores: a urbanização, a concentração de investimentos públicos e privados, os processos emancipatórios e o turismo sazonal (Strohaecker e Toldo Jr., 2007). A urbanização foi o fator decisivo para a transformação da paisagem, principalmente dos municípios litorâneos, acompanhando um comportamento similar diagnosticado para os estados de Santa Catarina (Polette, 1997), Paraná (Deschamps *et al.*, 2002) e São Paulo (Macedo, 1999).

Em síntese, a partir da análise das principais formações espaciais urbanas do Rio Grande do Sul, constata-se que as mudanças em curso têm condicionado a reestruturação de novos espaços dinâmicos para além da região metropolitana, ampliando as oportunidades de trabalho, educação, saúde, habitação e lazer, através de um arranjo espacial denominado de urbanização extensiva (Monte-Mór, 1994) ou cidade-região (Pacione, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro apresentado indica que a urbanização é um processo socioespacial com tendências de crescimento nas próximas décadas. A ampliação no número de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento e de aglomerações urbanas revela as mudanças na configuração do território brasileiro para um modelo mais complexo e dinâmico, mas ainda repleto de desigualdades socioespaciais.

A disseminação da urbanização para o interior indica a existência de um sistema urbano mais denso, constituído por uma megalópole (Campinas-São Paulo-Santos e suas ramificações em direção ao Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba), por metrópoles, cidades de grande, médio e pequeno portes, conectadas por redes estruturais e virtuais, por onde circulam pessoas, bens, serviços e informações, conformando regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, além de conurbações de menor porte.

Na escala regional, a configuração territorial do Rio Grande do Sul vem se caracterizando pela dicotomia da concentração e da fragmentação. Por um lado, as aglomerações urbanas metropolitana e não-metropolitana demarcam espaços qualificados econômica e demograficamente, constituindo-se em conjuntos de municípios com crescimento populacional superior a média do estado, impulsionando uma dinâmica à economia e à concentração do capital, mas carentes de recursos e serviços públicos condizentes às densidades populacionais. Em outro extremo estão os municípios com descenso populacional devido

às migrações interregionais, fragmentação territorial decorrente das emancipações, dependentes dos repasses de receita da União, via Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de aposentadorias pelo INSS, ampliando um quadro de desestímulo à produção econômica no cômputo do estado.

As espacialidades de concentração urbana apresentam aspectos positivos como o incremento de setores da economia (indústrias da construção civil, metal-mecânica, química, alimentícia, comércio e serviços especializados), possibilitando a ampliação do contingente empregado no setor formal, na melhoria relativa de serviços públicos, na ampliação das opções culturais e de lazer. No entanto, a urbanização fortemente concentrada apresenta efeitos negativos como a concorrência acirrada pelos postos de trabalho, a degradação ambiental, a dificuldade financeira para se alugar/adquirir um imóvel residencial, o tempo gasto para os deslocamentos cotidianos, a incidência de impostos mais altos, a violência urbana.

A descentralização político-administrativa delineada ao longo da década de 1980, consubstanciada na Constituição Federal de 1988, favoreceu, por um lado, os municípios no sistema de distribuição dos recursos públicos. Mas, por outro lado, ampliou significativamente as suas responsabilidades e competências na formulação e implementação de políticas públicas, principalmente quanto à reforma e ao desenvolvimento urbanos, e as de cunho social (saúde, educação e habitação). De um modo geral, os micromunicípios e parcela significativa dos municípios de pequeno porte (de 5 mil a 20 mil habitantes) tem se apropriado de infraestruturas, serviços e equipamentos públicos implementados por municípios vizinhos de maior porte, ao invés de investirem em suas próprias redes públicas municipais, no tocante ao desenvolvimento urbano e social.

Em síntese, a configuração territorial do Rio Grande do Sul se complexifica e adquire um caráter mais diversificado do que a fase anterior, articulando espaços socioeconômicos dinâmicos (urbano-industriais, agroindustriais, agropecuários, rurais) em contraposição a espaços socioeconômicos de relativa estabilização/cristalização. A histórica polarização entre “metade sul” e “metade norte” mostra-se anacrônica, não correspondendo mais à realidade dos espaços econômico-regionais. A delimitação entre o urbano e o rural apresenta-se mais tênue, as práticas cotidianas permeiam mudanças de caráter cultural e não meramente econômicas, indicando a necessidade de análises mais consistentes e interdisciplinares.

A análise da urbanização no Rio Grande do Sul demonstra a necessidade premente da implementação de políticas interdependentes e complementares nas três esferas de gestão pública. Dessa maneira, é crucial e salutar a cooperação entre União, Estado e Municípios, através de suas instituições e

seus agentes públicos, na promoção de planos, programas e ações que visem o desenvolvimento socioespacial, a partir das vocações e potencialidades das diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1254.pdf>. Acesso em: 12 set. 2011.
- BANDEIRA, M. D. Uma visão demográfica do Estado do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro: análise dos principais indicadores demográficos. In: Rio Grande do Sul. *Três décadas de economia gaúcha*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 3, 2010, p. 24-44.
- BANDEIRA, P. S.; ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D. (Org.). *Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1994.
- BARCELLOS, T.; MAMMARELLA, R.; KOCH, M. Estrutura socio-ocupacional e segmentação socioespacial na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA): um retrato do ano 2000. In: MAMMARELLA, R. (Org.). *Como anda Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009, p. 23-48. (Conjuntura Urbana, v. 8)
- BORBA, S. V. Impacto urbano das transformações da economia industrial na região nordeste do Rio Grande do Sul. In: RIO GRANDE DO SUL. *Documentos FEE*, n. 40. Porto Alegre: FEE, 2000.
- _____. *Indústria e estruturação do espaço regional: agentes da estruturação espacial na Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, 2003.
- CORRÊA, R. L. Corporação e espaço. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, n.1, p. 137-145, 1991.
- DAVIDOVICH, F. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. *Espaço & Debates*. São Paulo, n.13 (12-29), 1984.
- _____. Brasil metropolitano e Brasil urbano não metropolitano, algumas questões. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, n.2, p.127-133, abr./jun.1991.
- _____. Gestão do território: um tema em questão. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, n.3, p. 7-31, jul-set, 1991.
- _____. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In BECKER, B.; CHRISTOFOLLETTI, A.; DAVIDOVICH, F.; GEIGER, P. P. (orgs.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.
- DESCHAMPS, M. V... [et al.] Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas? In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12. 2000. Caxambu, *Anais...*

- Caxambú: ABEP, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/xiiencontre nacional de estudos populacionais/>>. Acesso em: 18 de out. de 2011.
- IPEA, IBGE, Unicamp/IE/NESUR, IPARDES. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais*. Sul. Brasília: IPEA, 2000, v. 6, 206 p.
- IBGE. *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/reflexoes_deslocamentos.pdf Acesso em 16 jul. 2011.
- _____. *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm> Acesso em 17 nov. 2011.
- _____. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. *Tendências demográficas: uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População de 1996*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 24, 1999. Rio Grande do Sul.
- JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). In: Encontro de Economia Gaúcha, 2., 2004. Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: PUC-RS, 2004. Disponível em: <<http://www.fee.org.rs/trabalhos 2 encontro de economia gaucha>>. Acesso em: 24 out. 2011.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4 ed. Paris: Anthropus, 2000.
- MACEDO, S. S. Litoral, urbanização, ambientes e seus ecossistemas frágeis. *Paisagem & Ambiente*, São Paulo, n. 12, p. 151-232, 1999.
- MAIA GOMES, G. e MAC DOWELL, M. C. *Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social*. Rio e Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão n. 706). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_706.pdf>. Acesso em 13 de jun. 2011.
- MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. S.; SILVEIRA, M. L. (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 169-181.
- _____. A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo. In: RANDOLPH, R; SOUTHERN, B. (Org.) *Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. São Paulo: Max Limonad, 2011. p. 221-239.
- MONTE-MÓR, R. L. M.; LIMONAD, E. O urbano e o rural frente à urbanização da sociedade. In: RANDOLPH, R; SOUTHERN, B. (Org.) *Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. São Paulo: Max Limonad, 2011. p. 202-217.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *As metrópoles no Censo 2010: quem somos?* Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net>> Acesso em 15 jun. 2011.
- OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. (Org.). *O Rio Grande do Sul urbano*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990.
- PACIONE, M. *Urban geography: a global perspective*. 2. ed. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2005.

POLETTE, M. *Gerenciamento Costeiro Integrado*: proposta metodológica para a paisagem litorânea da microbacia de Mariscal - município de Bombinhas (SC) Brasil. 1997. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais). Curso de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (SP), São Carlos, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. *Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1998, 63 p.

_____. *Atlas socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=298>> Acesso em 16 set. 2011.

_____. *Aglomeraciones urbanas*. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=299>> Acesso em 16 set. 2011.

ROSSINI, R. E. A população brasileira: trabalhar e sobreviver. *Revista do Departamento de Geografia*. (7: 101-120). São Paulo: USP/FFLCH, 1993.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Desenvolvimento agrário e desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: uma caracterização socioeconômica a partir dos municípios. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 127-145.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977.

SOARES, P. R. R. RODRIGUES, P.; HALAL, G.; GODOY, D. Nuevos recortes territoriales y aglomeraciones urbanas en el sur de Brasil. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (111). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-111.htm>> Acesso em: 03 de jun. 2011.

STROHAECKER, T. M. *A urbanização no Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul*: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa. 2007. Tese (Doutorado). Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Geociências, UFRGS, 2007.

STROHAECKER, T. M.; TOLDO JR., E. E. O litoral norte do Rio Grande do Sul como um polo de sustentabilidade ambiental do Brasil Meridional. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245(39). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24539.htm>

STROHAECKER, T. M.; FUJIMOTO, N. S. V. M.; FERREIRA, A. H.; KUNST, A. Caracterização do uso e ocupação do solo dos municípios do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul. *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, Curitiba: Editora UFPR, n. 13, p. 75-98, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/issue/view/657> Acesso em: 10 de jul. 2011.